



<https://dx.doi.org/10.35499/tl.v18i2>

# METÁFORA, METONÍMIA E COGNIÇÃO: UM PERCURSO DA RETÓRICA À SEMÂNTICA COGNITIVA

ANDRESSA D'ÁVILA\*

 <https://orcid.org/0009-0009-1516-1628>

## RESUMO

Neste artigo, apresentamos um percurso teórico das noções de metáfora e metonímia partindo da Retórica, a fim de destacar algumas questões que são pertinentes para o debate em torno desses conceitos no âmbito da Linguística – em particular, i) na abordagem pragmática clássica baseada em implicaturas conversacionais (Grice, 1975); ii) na vertente pragmática neogriceana da Teoria da Relevância (Sperber; Wilson, 1995); e, por fim, iii) no paradigma da Linguística Cognitiva (Lakoff; Johnson, 1980). O nosso objetivo é partir de perspectivas que assumem uma separação categórica entre os domínios da Semântica e da Pragmática, a fim de situar a discussão empreendida pelo modelo cognitivista no que diz respeito à relação entre metáfora, metonímia e cognição. Veremos também como o componente cognitivo é considerado diferentemente a depender do paradigma teórico assumido.

**Palavras-chave:** Metáfora. Metonímia. Implicaturas. Pragmática. Semântica Cognitiva.

## ABSTRACT

### **METAPHOR, METONYMY AND COGNITION: A THEORETICAL PATH FROM RHETORIC TO COGNITIVE SEMANTICS**

From the starting point of rhetoric, this paper will present a theoretical path in regard to the notions of metaphor and metonymy in order to highlight some questions that are relevant to the discussion involving such concepts in the field of linguistics, e.g. (1) the classic pragmatic approach based on conversational implicatures (Grice, 1975), (2) the neo-Gricean pragmatic branch of relevance theory (Sperber and Wilson, 1995), and (3) the paradigm of cognitive linguistics (Lakoff and Johnson, 1980). Our aim is to begin with the perspectives that adopt a categorical distinction between the domains of semantics and pragmatics, in order to situate the discussion em-

---

\* Pesquisadora independente nas áreas de Semântica e Pragmática Formais e Psicolinguística Experimental. Mestre e doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras – área de concentração Estudos Linguísticos – da Universidade Federal do Paraná, na linha de Estudos gramaticais: descrição, análise, teoria, meta-teoria e historiografia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1748326691739969>. E-mail: [davilandressa@gmail.com](mailto:davilandressa@gmail.com)

ployed by the cognitivist model in regard to relations between metaphor, metonymy and cognition. Furthermore, we will see how the cognitive component may be addressed differently depending on the assumed theoretical paradigm.

**Keywords:** metaphor; metonymy; implicatures; pragmatics; cognitive semantics.

## INTRODUÇÃO

O que normalmente sabemos sobre metáfora e metonímia está, muitas vezes, ligado à nossa tradição escolar; aprendemos ao longo dos anos na escola que esses dois conceitos se referem a figuras de linguagem, isto é, são recursos expressivos que caracterizam textos literários e poéticos, ou narrativas que demandam expedientes estilísticos específicos – como discursos políticos ou publicitários, por exemplo. Uma das origens dessa concepção se deve a uma herança dos estudos em Retórica, que buscam examinar as formas de persuadir pelo discurso. Na presente exposição, iremos explorar rapidamente essa abordagem da metáfora e da metonímia enquanto ferramentas estilísticas, a fim de destacar algumas questões que são pertinentes para o debate em torno desses conceitos no âmbito da Linguística – em particular, i) na abordagem pragmática clássica baseada em implicaturas conversacionais (Grice, 1975); ii) na vertente pragmática neogriceana da Teoria da Relevância (Sperber; Wilson, 1995); e, por fim, iii) no paradigma da Linguística Cognitiva (Lakoff; Johnson, 1980). O nosso objetivo é partir de perspectivas que assumem uma separação categórica entre os domínios da Semântica e da Pragmática, a fim de situar a discussão empreendida pelo modelo cognitivista no que diz respeito à relação entre metáfora, metonímia e cognição. Veremos também como o componente cognitivo é considerado diferentemente a depender do paradigma teórico assumido.

## RETÓRICA: METÁFORA E METONÍMIA COMO FIGURAS DE LINGUAGEM

Começamos, então, pela visão tradicional desses fenômenos. Olivier Reboul, em sua *Introdução à Retórica* (2004 – tradução de Ivone Benedetti), afirma que “[a] metáfora desvia-se do sentido próprio, substituindo o significado por um outro que lhe é semelhante (...) - *esse leão*, por esse homem valente = metáfora” (p. 65). Já sobre a metonímia, o autor afirma que:

A metonímia designa uma coisa pelo nome de outra que lhe está habitualmente associada. Seu poder argumentativo é antes de tudo o da denominação, que ressalta o aspecto da coisa que interessa ao orador. Assim, *O trono e o altar* é uma metonímia valorizadora<sup>1</sup>, *O sabre e o aspersionário* é metonímia depreciativa, que reduz o exército ao extermínio, e a Igreja à superstição. (Reboul, 2004, p. 121).

Fica caracterizada, assim, a metáfora como a substituição de uma palavra por outra indicando uma espécie de comparação, ou seja, a interpretação metafórica de “esse leão”, equivalendo a “esse homem valente”, envolve a identificação de propriedades associadas à palavra “leão” – coisas como valentia, imponência, poder, autoridade, etc.

1 “O trono e o altar” é uma maneira de se referir à relação entre um regime monárquico e a Igreja, mais especificamente a Igreja Católica. A monarquia é referida por um de seus símbolos associados, o trono, assim como a Igreja é referida pelo altar.

- e a vinculação de uma (ou algumas) essas propriedades à pessoa de quem estamos falando. Note que o estabelecimento dessa comparação está ligado a valores estabelecidos socioculturalmente - vejamos, por exemplo, que o enunciado “Ana é uma leoa” parece acionar outras propriedades, relacionadas, por exemplo, à maternidade, ao cuidado, à proteção. A metonímia, por sua vez, constitui uma relação de contiguidade (“designa uma coisa pelo nome de outra que lhe está associada”) e também se relaciona de maneira direta com um determinado imaginário relacionado às entidades envolvidas nessa relação; veja que, como no exemplo de Reboul (2004), é da escolha particular dos símbolos associados à Igreja e ao Exército, por parte do orador, que resulta o caráter valorizado ou depreciativo dessa associação.

Essa relação entre as interpretações metafóricas e metonímicas e algo que é do domínio das intenções do orador ou da situação de discurso fica indicada quando Reboul, ao falar da metáfora, afirma que esta caracteriza-se como um “desvio do sentido próprio”. Ou seja, o sentido próprio de “leão”, no exemplo do autor, seria aquele que faz referência ao animal mamífero, carnívoro, que anda em quatro patas, etc. Quando dizemos “Pedro é um leão” estaríamos nos afastando desse sentido próprio e fazendo uso de uma figura, isto é, de “uma maneira de falar diferente das naturais e comuns” (Cohen, 1974, p. 40). Essa distinção, importante para o estudo da retórica e da arte poética, está no cerne da separação, que também encontramos em livros didáticos, entre sentido literal e sentido não literal. De acordo com (Bechara, 2010, p. 119), “as palavras podem ser empregadas em seu significado real - denotativo -, como *frio* em *noite fria*, ou em sentido figurado - conotativo -, como

*frio* em *temperamento frio*”. No âmbito da Linguística, essa oposição resulta, de acordo com algumas abordagens, na separação entre as áreas da Semântica - responsável pela análise do sentido literal, aquele vinculado, por exemplo, aos valores de verdade das sentenças ou ao sentido associado convencionalmente às palavras e, portanto, estipulados lexicalmente - e da Pragmática - que fica a cargo da significação que extrapola o sentido literal e decorre do uso das expressões linguísticas, envolvendo intenções dos falantes, contextos de enunciação, inferências conversacionais por parte dos interlocutores, influências socioculturais, etc.<sup>2</sup>.

Essa divisão de tarefas, porém, está longe de ser incontroversa e há um número expressivo de trabalhos que questionam quais fenômenos devem ser tratados por um ou outro domínio. Vejamos, por exemplo, que, diante do fato de que a sensibilidade ao contexto de fala é uma característica central para a significação das línguas naturais, alguns modelos semânticos de base vericondicional passaram a se desenvolver na direção de análises que buscam acomodar essa característica; isto é, incluir em seus algoritmos mecanismos para dar conta de alguns aspectos relacionados às suposições do falante em relação ao contexto e em relação ao reconhecimento dessas suposições por parte dos interlocutores (Gazdar, 1979; Heim, 1983; Chierchia; Mcconnell-Ginet, 1990; Heim, 1992; Kamp; Rayle, 1993; Chierchia, 1995; entre outros). Esses trabalhos se inspiram fortemente nas ideias de Paul Grice, filósofo britânico que, em uma conferência na Universidade de Harvard, em 1967, in-

2 A exemplo dessa separação ver os livros publicados por Marcelo Ferreira (USP): *Semântica - uma introdução ao estudo formal do significado* (2022) e *Pragmática - significado, comunicação e dinâmica contextual* (2023).

trodeziu as bases de seu influente modelo de implicaturas baseado em Máximas Conversacionais e no Princípio da Cooperação – o modelo de análise griceano se tornou importante mesmo antes da sua publicação oficial, com o título *Logic and Conversation* em 1975<sup>3</sup>.

## IMPLICATURAS GRICEANAS E A SEPARAÇÃO ENTRE SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA

A principal afirmação feita por Grice (1982)<sup>4</sup> é de que sentenças estão relacionadas a dois tipos de conteúdo, a saber, aquilo que é explicitamente dito e aquilo que é sugerido ou implicado; ou seja, nos termos que estávamos usando anteriormente, o que é dito equivale ao sentido literal e o que é implicado a sentidos não literais. Vamos dar um exemplo para ilustrar essas camadas do significado tal como propostas pelo autor:

(1) Pedro se formou e adotou um cachorro.

De acordo com uma análise de valores de verdade da conjunção “e”, uma proposição complexa do tipo “*p* e *q*” é verdadeira se, e somente se, tanto *p* quanto *q* forem proposições verdadeiras – desse modo, (1) é verdadeira se for o caso que Pedro se formou e também se for o caso que Pedro adotou um

cachorro. No entanto, temos uma forte tendência a interpretar que os eventos descritos em (1) aconteceram na ordem em que foram expressos, ou seja, Pedro primeiro se formou e depois adotou um cachorro – podemos continuar a sentença com “não nessa ordem”, sem que isso gere uma contradição. Ora, de onde vem então o caráter temporal da conjunção se essa não é uma estipulação atribuída convencionalmente a ela? Vamos introduzir alguns conceitos griceanos mais centrais e voltaremos para responder essa questão – e para colocá-los em funcionamento na derivação das interpretações metafóricas e metonímicas de expressões linguísticas.

Toda a argumentação de Grice (1982) está fundamentada na noção de que a conversação funciona de maneira cooperativa, ou seja, é esperado que os envolvidos em uma situação comunicativa observem certas máximas conversacionais que garantirão a eficácia desse processo. Esse princípio geral, chamado Princípio da Cooperação e que é esperado que os participantes observem, é formulado pelo autor da seguinte maneira: “Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (Grice, 1982, p. 86). Além disso, Grice propõe quatro máximas conversacionais, isto é, subespecificações que atualizam o Princípio da Cooperação e podem gerar efeitos para além do que é dito. Seguindo Pires de Oliveira e Basso (2014), podemos sumarizar as máximas da seguinte forma:

- i. Relação: Seja relevante.
- ii. Quantidade: Não dê informações demais nem de menos.
- iii. Qualidade: Restrinja-se ao que você tem evidências de que é verdade.
- iv. Modo: Seja claro e organizado; evite obscuridades e ambiguidades.

3 Também influenciado por Grice, Robert Stalnaker é outro filósofo importante para o avanço das teorias semânticas na direção de análises que consideram o contexto e os falantes em seu sistema formal. Na concepção stalnakieriana do sentido, é preciso delimitar claramente aquilo que é da esfera da proposição – objeto semântico – e o que são inferências decorrentes de atitudes e intenções do falante a partir de princípios gerais que regem as trocas linguísticas – processos pragmáticos. (Stalnaker, 1973; 1974; 1978).

4 A versão citada neste texto é a tradução para o português, de Wanderley Geraldi, publicada em 1982.

Podemos agora voltar ao exemplo (1). Interpretamos essa sentença assumindo que o falante está observando a máxima do modo, isto é, ele está sendo organizado no seu discurso, está relatando os eventos na ordem em que teriam ocorrido; além disso, quando relatamos eventos em série, a ordenação desses eventos é bastante relevante (máxima da relação) e, para que a apresentação dessa série de eventos seja, como dissemos anteriormente, organizada, é de esperar que ela seja feita respeitando a ordem temporal. Em resumo, o caráter temporal do conectivo se distingue do seu caráter veri-funcional, sendo, portanto, uma implicatura conversacional da conjunção “e”.

Desse modelo de implicaturas decorre a análise pragmática clássica de fenômenos como a metáfora e a metonímia, uma vez que, nessa perspectiva, “as figuras de linguagem são em geral inferências pragmáticas derivadas da exploração das máximas da qualidade e/ou da relação” (Pires de Oliveira; Basso, 2014, p. 58). Na análise da conjunção “e”, derivamos a implicatura de sequência temporal do fato de que assumimos que o falante **está observando** as máximas da qualidade e da relação. Há implicaturas, porém, que decorrem justamente da **inobservância** de certas máximas e, nesses casos, tendemos a atribuir ao interlocutor, pelo menos, o Princípio geral da Cooperação. Vejamos os exemplos abaixo:

(2) Pedro é um leão.

(3) O Palácio do Planalto ainda não respondeu às perguntas.

Nos termos de Grice (1984), a interpretação metafórica de (2) se segue do fato de que identificamos que essa sentença é falsa do ponto de vista semântico – Pedro é um ser humano e não pode, portanto, ser um

animal do gênero a que pertence o leão (trivia: gênero *Panthera*, família *Felidae*) –, ou seja, nosso interlocutor está dizendo uma coisa patentemente falsa e desrespeitando a máxima da qualidade (Restrinja-se ao que você tem evidências de que é verdade). Diante disso, somos levados a supor que, ainda assim, nosso interlocutor está sendo cooperativo e racional, e, crucialmente, que ele espera que façamos essa suposição; somos, então, levados a concluir que o falante – como já vimos na discussão sobre a análise retórica – está atribuindo algum traço ou traços pelos quais Pedro se assemelha a um leão (Pedro é valente, Pedro é altivo, Pedro é poderoso, etc). O mesmo se aplica à metonímia em (3), em que, claramente, nosso interlocutor não está falando que o edifício em que reside o Presidente não respondeu às perguntas – o que seria falso –, mas acionando esse edifício como um símbolo, associado ao Governo Federal, para referir-se ao Presidente e sua equipe – a identificação da relação metonímica se dá, conforme essa análise, pela derivação de uma implicatura a partir da violação da máxima da qualidade<sup>5</sup>.

Em resumo, é sobre o sentido literal, determinado pela Semântica, que operamos, enquanto interlocutores cooperativos e racionais, a partir de máximas conversacionais decorrentes do Princípio da Cooperação. Quando há claro desrespeito a alguma das máximas, o interlocutor é convocado a assumir que o falante está, ainda assim, sendo cooperativo e pretendendo alguma inferência a partir dessa violação – essa opera-

5 Conforme apontado por um/a parecerista, esse exemplo também pode ser analisado como um caso metafórico a partir do recurso da personificação. Ao abordar esse recurso, Garcia (2010, p. 114-115) afirma que “[h]á uma infinidade de metáforas constituídas por palavras que denotam ações, atitudes ou sentimentos próprios do homem, mas aplicadas a seres ou coisas inanimadas”.

ção se dá no âmbito do raciocínio Pragmático, no qual se dá, nessa perspectiva, a interpretação de metáforas e metonímias.

Na análise apresentada acima, fica demonstrada uma espécie de prioridade do sentido literal sobre as inferências pragmáticas, isto é, o sentido metafórico ou metonímico só é derivado depois que o sentido literal – ou o dito, nos termos de Grice –, está definido para o ouvinte; só então ele seria capaz de identificar possíveis violações<sup>6</sup> das máximas conversacionais responsáveis pelas implicaturas em questão. Embora Grice não estivesse expressamente preocupado com a realidade psicológica de seu modelo de inferências, esse procedimento de caráter heurístico, de expressar e reconhecer intenções, gerou a hipótese de que, em termos de processamento cognitivo no momento da interpretação, nós primeiro consideramos o sentido literal e depois fazemos as inferências pertinentes.<sup>7</sup> No âmbito dos estudos neogriceanos, porém, essa ideia é rejeitada por pesquisadores como Dan Sperber e Deirdre Wilson (1995 e seguintes),<sup>8</sup> por exemplo, que propõem a Teoria da Relevância – um quadro teórico integrado de questões mais gerais ligadas à comunicação e à cognição humanas.

## TEORIA DA RELEVÂNCIA E UM CONCEITO DE COGNIÇÃO

A Teoria da Relevância, como o próprio nome indica, entende que a comunicação

humana, verbal e não verbal, se fundamenta no conceito de relevância. Há, porém, um deslocamento crucial no que diz respeito a essa noção, tal como entendida no interior dessa abordagem, e àquela pretendida por Grice na elaboração da sua Máxima da Relação. A relevância, para Sperber e Wilson, é um conceito cognitivo geral que orienta a comunicação humana. De acordo com os autores:

(...) enunciados geram expectativas de relevância não porque falantes obedecem a um princípio de cooperação ou a alguma outra convenção comunicativa, mas porque a busca pela relevância é uma característica básica da cognição humana, que comunicadores podem explorar. (Wilson; Sperber, 2005, p. 223)<sup>9</sup>

A noção de relevância que está em jogo é diretamente ligada ao indivíduo e se relaciona com as informações contextuais disponíveis, ou seja, um *input* qualquer – lembrando que a Teoria da Relevância pretende encampar a comunicação de modo geral e não apenas a comunicação verbal – é relevante na medida em que produz “conclusões que importam a esse indivíduo: ou melhor, para responder uma questão que ele tinha em mente, aumentar seu conhecimento em certo tópico, esclarecer uma dúvida, confirmar uma suspeita, ou corrigir uma impres-

6 Lembrar da ideia de “desvio” indicada pela Retórica na análise das figuras de linguagem.

7 Essa hipótese foi formulada em relação a vários fenômenos em relação aos quais podemos prever algum tipo de mecanismo explicativo pragmático, como é o caso das pressuposições, implicaturas convencionais, entre outros (Noveck; Reboul, 2008; Ervas; Gola, 2012; Noveck, 2018; Cummins; Katsos, 2019, entre outros).

8 Ver também Recanati (2004).

9 Grice chega a esboçar uma intuição de que o Princípio de Cooperação e as máximas conversacionais são, de alguma maneira, inerentes ao comportamento humano: “as pessoas se comportam desta maneira; elas aprenderam a agir assim na infância e não abandonaram o hábito de assim o fazer; e, na verdade, uma ruptura radical com tal hábito exigiria um grande esforço. É muito mais fácil, por exemplo, falar a verdade do que inventar mentiras. (...) gostaria de ser capaz de conceber o tipo standard de prática conversacional não meramente como uma coisa que todos ou a maioria de fato acata, mas como algo que é, para nós, razoável acatar, como algo que nós devêssemos acatar.” (Grice, 1982, p. 90).

são equivocada” (Wilson; Sperber, 2005, p. 223). Ainda de acordo com os autores:

Por exemplo, ao ver meu trem chegando, eu poderia olhar para meu relógio, acessar meu conhecimento sobre programação de horários de trens, e derivar a implicação contextual de que meu trem está atrasado (que pode ela mesma alcançar relevância ao se combinar com outras suposições contextuais para produzir implicações posteriores). Outros tipos de efeito cognitivo incluem o fortalecimento, a revisão ou o abandono de suposições disponíveis. Por exemplo, a visão de meu trem chegando atrasado poderia confirmar minha impressão de que o serviço de trens está piorando ou alterar meus planos de fazer alguma compra a caminho do trabalho. (Wilson; Sperber, 2005, p. 224).

Em outras palavras, um *input* é relevante quando gera um efeito cognitivo novo a partir de um background de informações (Sperber; Wilson, 1995); além desses efeitos cognitivos, também são gerados esforços cognitivos que irão variar de contexto para contexto:

Em diferentes circunstâncias, o mesmo estímulo pode ser mais ou menos saliente, a mesma suposição contextual mais ou menos acessível e um mesmo efeito cognitivo mais fácil ou mais difícil de derivar. Intuitivamente, quanto maior for o esforço requerido de percepção, de memória e de inferência, menor será a recompensa pelo processamento do *input* e, por isso, um menor merecimento de atenção. Nos termos teóricos da Teoria da Relevância, em contextos idênticos, quanto maior o ESFORÇO DE PROCESSAMENTO requerido, menos relevante será o *input*. Assim, RELEVÂNCIA pode ser calculada em termos de efeitos cognitivos e esforços de processamento. (Wilson; Sperber, 2005, p. 225 - destaques dos autores).

A noção de esforço cognitivo explica, nessa perspectiva, porque não é plausível que o sentido literal tenha alguma prioridade sobre o não literal. Para ilustrar essa questão,

vejamos um exemplo de como funciona a interpretação metafórica do enunciado proferido por Maria no diálogo abaixo (adaptado de Sperber; Wilson, 2002, p. 319):

(4) Pedro: Podemos confiar no João para fazer o que for solicitado dele e defender os interesses do Departamento de Linguística no Conselho Universitário? Maria: O João é um soldado!

De acordo com a Teoria da Relevância, a nossa representação mental da palavra “soldado” está associada a várias informações e características que podem ser vinculadas a João – que a) João não questiona autoridade, que b) segue ordens, que c) defende os objetivos do seu grupo, que d) faz parte do Exército Brasileiro (ou de outro país), que e) é um patriota, etc. Opera-se, então, de acordo com o procedimento de compreensão assumido pela Teoria, a saber, i) siga o caminho de menor esforço no cômputo de efeitos cognitivos em ordem de acessibilidade; e ii) pare quando suas expectativas de relevância forem satisfeitas (Wilson; Sperber, 2005, p. 232). Ou seja, no momento da interpretação do enunciado de Maria, Pedro vai avaliar as possibilidades de acordo com a acessibilidade das alternativas em relação ao contexto – isto é, um contexto em que se discute questões sobre confiança, defesa de interesses de um determinado grupo e de cumprir determinadas ordens. Dessa forma, os sentidos expressos em (a), (b) e (c) serão suficientes para atingir a relevância ótima do enunciado em relação ao contexto e, portanto, o sentido literal em (d) ou outras implicações possíveis (porém, irrelevantes), como em (e), não são sequer consideradas – e, em decorrência disso, não são nem rejeitadas, nem objeto de algum mecanismo pragmático para gerar inferências, como prevê o modelo griceano mais tradicional.

Nesse sentido, a Teoria da Relevância considera que a metáfora não demanda processos particulares para o seu processamento. Segundo (Wilson; Carston, 2006, p. 406), os pesquisadores dessa vertente “*have consistently defended a continuity view, on which there is no clear cut-off point between ‘literal’ utterances, approximations, hyperboles and metaphors, and they are all interpreted in the same way*”. Isso significa dizer que a motivação geral para o uso da metáfora é a de que dela decorre a alternativa mais relevante – ou seja, a interpretação que gera os efeitos cognitivos pretendidos pelo falante e que causa o menor esforço de processamento para o interlocutor.<sup>10</sup> Por fim, é importante apontar que embora discutam a interpretação metafórica em mais de um momento (Sperber; Wilson, 2008; Wilson; Carston, 2006), não há análise detalhada da metonímia na proposta dos autores, de modo que podemos concluir que esse fenômeno também se localiza no contínuo da construção dos sentidos proposta por essa abordagem e que também ele é um resultado do equilíbrio entre efeitos e esforços cognitivos na direção da relevância ótima dos enunciados em determinado contexto<sup>11</sup>.

10 Apesar de estarem explicitamente preocupados com a realidade psicológica de seu modelo teórico e basearem inteiramente em hipóteses sobre o processamento cognitivo dos processos comunicativos humanos, nenhum dos principais nomes da Teoria da Relevância esteve diretamente envolvido na testagem experimental de suas hipóteses. De acordo com Tendahl e Gibbs Jr (2008, p. 1859), “[r]elevance theorists, especially most recently, have tried to encompass psychological findings that were originally obtained for completely different theoretical reasons, and make a greater effort to indeed showing the relevance of this perspective for ongoing empirical research in psychology (e.g., Carston, 2002; Wilson and Carston, 2006)”.

11 Existem, no entanto, estudos experimentais sobre aquisição de linguagem investigando o desenvolvimento de habilidades metonímicas se-

Da discussão empreendida até aqui, é importante destacar que tanto o modelo pragmático clássico de Grice quanto a proposta de base cognitivista da Teoria da Relevância supõem, em maior ou menor grau, a existência de uma fronteira entre Semântica e Pragmática. Ambas as abordagens consideram que as figuras de linguagem (aí incluídas a metáfora e a metonímia) são resultado de mecanismos pragmáticos, seja de geração de implicaturas conversacionais, seja do processamento voltado ao efeito cognitivo mais relevante. Crucialmente, o aparato teórico proposto por Sperber e Wilson se insere no paradigma das teorias cognitivas com foco particular na comunicação humana. Há outras teorias, porém, que vão mais longe no questionamento da separação entre sentido literal e não literal e, mais que isso, vão considerar a metáfora e a metonímia enquanto processos próprios do pensamento humano em geral e fundamentais para a constituição do nosso sistema conceitual – esse é o caso dos trabalhos empreendidos pela Linguística Cognitiva (Lakoff; Johnson, 1980; Fillmore; 1985; Langacker, 1987; Lakoff, 1987; entre outros), da qual falaremos a partir de agora.

## SEMÂNTICA COGNITIVA: METÁFORA E METONÍMIA COMO PROCESSOS COGNITIVOS

A Linguística Cognitiva, desenvolvida a partir da década de 1980, promove deslocamentos substanciais em relação a vários paradigmas estabelecidos na Linguística moderna. Um deles, e talvez o mais importante, diz respeito à ideia de que a linguagem não

---

guindo os pressupostos da Teoria da Relevância como, por exemplo, Falkum; Recasens e Clark (2016) e Köder e Falkum (2020). Agradeço ao/à parecerista pela orientação.

é uma faculdade cognitiva autônoma como defende a Teoria Gerativa (Chomsky, 1957 e seguintes) – o modelo chomskiano de análise linguística se fundamenta na ideia de que a mente humana se organiza de maneira modular de forma que cada módulo cognitivo é especializado em apenas um domínio específico de informação e funciona independentemente dos demais (Fodor, 1983); nesse sentido, o módulo cognitivo da linguagem seria independente de outras capacidades cognitivas como a percepção, a orientação, etc. A perspectiva da Linguística Cognitiva, ao contrário, entende que a linguagem é um aspecto não autônomo da cognição humana, compartilhando com outros domínios elementos fundamentais de organização, e que as expressões linguísticas são pontos de acesso para estruturas conceptuais (Evans; Green, 2006; Ferrari, 2011).

Outra premissa fundamental dessa vertente é a concepção do significado como aspecto primordial dos fatos linguísticos; no entanto, essa abordagem da significação se afasta consideravelmente daquela proposta pelos modelos semânticos de herança lógico-filosófica baseados em valores de verdade e, por consequência, na ideia de sentido literal. (Lenz, 2013, p. 31) aponta que:

As visões tradicionais mantêm que a linguagem (assim como o pensamento) é inerentemente literal: conseguimos nos comunicar e entender uns aos outros porque usamos no nosso dia a dia uma linguagem literal. Em consequência dessa tradição, enraizada em nossos conceitos, aceitamos como verdades incontestáveis, por exemplo, que a linguagem usada para falar de coisas comuns e corriqueiras é essencialmente literal; a linguagem técnica e científica é e deve ser literal.

A contestação dessas ideias vem na argumentação de George Lakoff e Mark Johnson em seu seminal *Metaphors we live by*, pu-

blicado em 1980, no qual defendem que a metáfora e a metonímia não são fenômenos estilísticos do nível da palavra, mas processos cognitivos estruturantes não apenas da linguagem, mas da forma como pensamos e agimos.

Ferrari (2011, p. 21) aponta que essa perspectiva alinha-se:

(...) a tradições psicológicas e filosóficas que enfatizam a experiência humana e a centralidade do corpo humano nessa experiência. Dentro dessa perspectiva, a investigação da mente humana não pode ser separada do corpo de modo que a experiência, a cognição e a realidade são concebidas a partir de uma ancoragem corporal.

Ou seja, os conceitos a partir dos quais operamos no uso da língua estão intimamente ligados à maneira como experienciamos e apreendemos o mundo do ponto de vista corporal e sensório-motor – aqueles conceitos que não são ancorados diretamente nessa experiência, ou seja, as noções mais abstratas, são processados via **extensões metafóricas** e **metonímicas** (Lakoff; Johnson, 1980; Ferrari, 2011). A título de ilustração, observando o nosso comportamento linguístico, é possível perceber que tendemos a expressar conceitos abstratos como **tempo**, por exemplo, por meio de conceitos mais concretos como **espaço**, ou de movimento através do espaço: “Estamos perto do final do ano”, “A semana passou voando”; ou, ainda, o conceito de **afeto** como **temperatura**: “Ana foi muito calorosa comigo”; “A diretora é uma pessoa fria”. Observamos que a metáfora, nessa perspectiva, não é uma figura de linguagem ou aspecto da estilística textual, mas um mecanismo cognitivo que envolve a conceitualização de um domínio da experiência (tempo, afeto) em termos de outro (espaço, temperatura), ou, ainda, é um processo no qual os falantes recorrem a sua base experiencial relativa a

espaço e temperatura e a projetam para o domínio do tempo e do afeto – em termos teóricos, o domínio que tem relação estrita com a experiência corpórea é denominado domínio-fonte, e aquele que constitui a esfera mais abstrata é o domínio-alvo (Lakoff; Johnson, 1980). A metáfora (e a metonímia, como veremos adiante) é, portanto, pervasiva na construção do nosso sistema conceitual, isto é, da nossa representação mental da realidade.

Nesse sentido, não estamos mais falando de expressões ou interpretações metafóricas – isto é, de realizações linguísticas particulares –, mas de um processo de estruturação conceitual da realidade ao nosso redor; Lakoff e Johnson (1980) chamam de **metáfora conceitual** as relações metafóricas envolvidas nesse processo. Um exemplo clássico de metáfora conceitual é TEMPO É DINHEIRO. Cotidianamente dizemos coisas como “Estou perdendo meu tempo”; “Esse aplicativo vai te poupar horas”; “Pedro investiu todo o tempo que tinha nisso”; “Ana tem tempo sobrando”, etc. A propósito, Lakoff e Johnson (1980, p. 8-9) afirmam que:

O tempo na nossa cultura é uma commodity valiosa. É um recurso limitado que usamos para alcançar nossos objetivos. Por conta da maneira como o conceito de trabalho se desenvolveu na cultura ocidental, onde o trabalho é tipicamente associado com o tempo necessário para fazê-lo e o tempo é quantificado precisamente, se tornou habitual pagar as pessoas por hora, por semana ou por ano. (...) Essas práticas são relativamente novas na história da humanidade e, de forma alguma, existem em todas as culturas.

Essa perspectiva demonstra que nós não apenas **falamos** de tempo em termos de dinheiro, mas nós **concebemos** o tempo nesses termos e, por consequência, **agimos** de acordo com essa concepção. Além disso, esse processo de conceitualização, como

apontam os autores, depende crucialmente de comportamentos culturais, convenções sociais, etc., que vão fatalmente variar a depender de como as culturas particulares se organizam.

Além da dimensão sociocultural, um princípio fundamental para a vertente cognitivista, que já foi mencionado anteriormente, é a ideia de que o pensamento está intrinsecamente ligado ao nosso corpo físico, ou seja, nosso sistema conceitual emerge do fato de que, enquanto indivíduos da espécie humana, temos o corpo que temos, com suas características e restrições específicas. Isto é:

Compreendemos o corpo como um recipiente, que tem dentro-fora, frente-atrás-lado, centro-periferia, etc. conceitos gerados por termos o corpo longilíneo, com olhos na extremidade superior de um dos lados (frente) e pés na extremidade inferior com a mesma direção dos olhos, ficamos de pé da forma que ficamos e nos movimentamos como nos movimentamos (para frente, para trás, para cima, para baixo, etc.). (Lenz, 2013, p. 39).

Um exemplo: a metáfora conceitual FELIZ É PARA CIMA (e, por consequência, TRISTE É PARA BAIXO). Essa estrutura emerge em expressões como “Pedro é muito alto/baixo astral”, “Estou meio para baixo hoje”, “Ana coloca todo mundo para cima”, ou seja, atribuímos uma orientação espacial, fisicamente apreendida da forma como transitamos no mundo, para os conceitos de felicidade e tristeza, mostrando diretamente o processo de corporeidade (Gibbs Jr., 2017).

Até o momento, como deve se ter notado, demos ênfase à metáfora – em primeiro lugar, porque nas duas primeiras abordagens que discutimos não se faz qualquer distinção entre esses fenômenos, isto é, ambos são tratados uniformemente enquanto figuras de linguagem. Além disso, no que diz res-

peito ao paradigma teórico da Linguística Cognitiva, de acordo com Sperandio (2021, p. 291), a metonímia tende a ser “colocada em segundo plano a favor do destaque dado ao processo metafórico”. Apesar disso, assim como a metáfora, a metonímia também é um processo cognitivo fundamental para a manipulação de conceitos pelos seres humanos. A definição mais tradicional, em Linguística Cognitiva, para a metonímia é a de que ela se caracteriza enquanto um processo de conceitualização que envolve um mesmo domínio – diferentemente da metáfora, que, como vimos, se constitui como o mapeamento entre domínios. Segundo Lakoff (1987, p. 77):

*A metonímia é uma das características básicas da cognição. É extremamente comum as pessoas tomarem um aspecto de alguma coisa que seja bem compreendido e de fácil percepção e usarem para representar seja a coisa como um todo, seja um outro aspecto ou parte dela.*

Podemos destacar, por exemplo, o aspecto intelectual no interior do domínio PESSOAS, como em “Há muitas mentes brilhantes nessa universidade”. Conforme aponta Ferrari (2011), os processos metonímicos evidenciam a nossa disposição cognitiva de destacar humanos e atividades que nos são relevantes, isto é, esses processos indicam uma orientação antropocêntrica que nos é própria. A título de ilustração podemos pensar em enunciados como “Ana está lendo Elena Ferrante” (produtor pelo produto) ou “Pedro sempre pega no meu pé” (parte do corpo por percepção).

Além disso, os processos metonímicos são centrais para pensar os processos de categorização – que se revelam na característica humana de agrupar entidades semelhantes em classes específicas, ou seja, a noção de categoria é central não apenas para a

organização linguística, mas para a organização da vida cotidiana.<sup>12</sup> No que diz respeito à linguagem, identificamos, por exemplo, um conjunto de entidades que chamamos “pássaro”, um conjunto de atividades que chamamos “estudar” ou ainda o conjunto de características que identificamos como “teimosia”. Para a Linguística Cognitiva, a determinação dessas categorias não se dá em termos categóricos de decomposição lexical (Katz; Fodor, 1963), ou seja, as categorias que emergem na linguagem extrapolam um sistema de traços discretos comuns e se constituem enquanto uma organização cognitiva em termos de protótipos conceitualmente salientes (Rosch; 1973; 1978)<sup>13,14</sup>.

O que nos interessa destacar aqui é o fato de que grande parte das categorias conceituais que usamos cotidianamente são resultado de processos metonímicos; e, crucialmente, no processo de categorização estão em jogo relações culturais e expectativas sociais. Vejamos o exemplo de Lakoff (1987) para a palavra “mãe” – Lakoff, obviamente, fala sobre “*mother*”, em inglês; mas a análise proposta pelo autor, salvo melhor juízo, se aplica também para a categoria tal como a recortamos também em PB. Ao nos refe-

12 Categorizamos, por exemplo, objetos que são guardados no armário do quarto, que são diferentes da categoria de objetos que vão para o armário da cozinha – e, na cozinha, subcategorizamos o que vai para a prateleira de alimentos, o que colocamos na gaveta de utensílios, e assim por diante.

13 Esse entendimento é caudatário dos trabalhos de Eleanor Rosch (1973, 1978), na área de Psicologia Cognitiva. Por uma questão de escopo da presente exposição, não detalharemos a pesquisa da autora.

14 Se pensarmos, por exemplo, na categoria “pássaro”, vamos identificar representantes muito próximos do protótipo de pássaro – como “colibri” ou “sabiá” –, entidades intermediárias – como “avestruz” ou “pavão” – e outras entidades mais periféricas muito afastadas do protótipo – como “ganso” ou “pinguim”.

rirmos à categoria “mãe” empreendemos um raciocínio que leva em conta um ponto de referência que vai além de uma caracterização sintetizada como “pessoa do sexo feminino que tem/teve um ou mais filhos” – isso porque essa definição não abrange a totalidade de casos que compõem essa categoria. E note, fundamentalmente, que não estamos falando de qualquer critério técnico ou jurídico; estamos pensando a categoria “mãe” em termos de construção de um conceito socioculturalmente aceito pelos indivíduos que compõem a nossa sociedade ou, se quisermos, o sentido dessa palavra. Dessa forma, é preciso considerar que uma categoria como “mãe” convoca uma rede complexa de conhecimentos – que podemos entender como um *frame* (Fillmore, 1985) ou, mais especificamente, como um *modelo cognitivo idealizado* (Lakoff, 1987) – que inclui mães biológicas, mães adotivas, mães de criação – com quem podemos ou não estabelecer uma relação de parentesco –, etc. Nesse sentido, o conceito de “mãe”, tal como definimos a princípio, é uma instância do nosso modelo cognitivo de “mãe” que está mais próxima do que consideramos, genericamente, como prototípico.<sup>15</sup> Esse efeito de protótipo (Rosch, 1978) pode emergir de uma relação metonímica no interior da categoria; de acordo com Lakoff (1987, p. 79), temos, nesse caso:

*a situation in which some subcategory or member or submodel is used (often for some limited and immediate purpose) to comprehend the category as a whole. In other words, these are cases where a part (a subcategory or member or submodel) stands for the whole category - in reasoning, recognition, etc. Within the theory of cognitive models, such cases are represented by metonymic models.*

15 Não vamos entrar nesse mérito, mas é importante destacar que estão implicados nessa definição certos juízos de valor em relação a sexo *versus* identidade de gênero.

O autor aponta, em seguida, que há também um efeito de protótipo que opera sobre a categoria “mãe” decorrente do estereótipo de mãe como dona de casa – de acordo com Lakoff (1987, p. 79-80):

*Social stereotypes are cases of metonymy - where a subcategory has a socially recognized status as standing for the category as a whole, usually for the purpose of making quick judgments about people. The housewife-mother subcategory, though unnamed, exists. It defines cultural expectations about what a mother is supposed to be. And because of this, it yields prototype effects. On the whole in our culture, housewife-mothers are taken as better examples of mothers than nonhousewife-mothers.*

Nesse caso, em particular, temos um rótulo social definido com base em apenas um conjunto de características da categoria e, assim, a metonímia se presta a um propósito cognitivo distinto da metáfora, isto é, o de destacar certos aspectos de um determinado modelo cognitivo. Além disso, os processos metonímicos demonstram muito bem o funcionamento da noção enciclopédica do significado adotada pela pesquisa vinculada à Linguística Cognitiva. Essa noção se opõe à ideia de que tenhamos um léxico mental dissociado de outros tipos de conhecimento – visão defendida por toda Semântica de base verifuncional e das abordagens pragmáticas que assumem uma separação estrita entre uma dimensão linguística (literal) e um componente externo que opera na construção do significado (não literal). A perspectiva enciclopédica assume, ao contrário, que as palavras são “abstrações a partir de uma vasta gama de contextos de uso associados a um dado item lexical” (Ferrari, 2011, p. 17) e, portanto, não podem prescindir de aspectos socioculturais fundamentais que constituem os contextos reais de interação.

Por fim, gostaríamos de apontar que há uma discussão relativamente recente, no âmbito dos estudos sobre os processos cognitivos metafóricos e metonímicos, no sentido de rever as fronteiras entre esses processos. Um dos esforços nessa direção é feito por Goossens (1990), que propõe olhar os pontos de relação entre os dois processos, no que o autor chamou de metaftonímia – um termo guarda-chuva para as diversas maneiras em que essa relação pode se dar. De acordo com autor, de expressões como “Pedro mordeu a língua”, significando “Pedro se arrependeu do que disse”, emerge uma estrutura conceitual que mapeia o domínio da punição física no domínio do arrependimento, mas a interpretação só se completa quando se estabelece a relação metonímica entre “língua” e “atividade de falar”. Outras investigações nesse sentido podem ser encontradas em Barcelona (2003 – *Metaphor and Metonymy at the Crossroads: a cognitive perspective*), Barnden (2010 – *Metaphor and metonymy: making their connection more slippery*), entre outros.

## ALGUMAS RELAÇÕES ENTRE OS MODELOS

Tendo em vista a apresentação geral das teorias, podemos – obviamente, de forma não exaustiva – apontar mais algumas aproximações e afastamentos entre elas, além de indicar algumas possibilidades de investigação.

Começemos pelo fato de que, embora a Teoria da Relevância seja caracterizada como neo-griceana, a sua preocupação central a coloca mais próxima à Linguística Cognitiva (Tendahl; Gibbs Jr., 2008). Note, crucialmente, que a Máxima da Relação proposta por Grice está relacionada ao âmbito particular da comunicação por meio das

línguas naturais<sup>16</sup>. No entanto, conforme já apontamos anteriormente, para Sperber e Wilson a noção de relevância é um conceito cognitivo geral que orienta a comunicação humana. Em consequência disso, ambos os modelos teóricos, Teoria da Relevância e Semântica Cognitiva, têm por objetivo investigar as implicações psicológicas de suas propostas, ao contrário da análise pragmática griceana clássica<sup>17</sup>.

Outro distanciamento importante entre Teoria da Relevância e o Modelo de Implicaturas diz respeito à natureza do significado metonímico e metafórico. Ficou claro que, para Grice, as implicaturas têm origem fundamentalmente em um jogo de reconhecimento de intenções e expectativas entre interlocutores. Crucialmente, a leitura metonímica e metafórica é derivada, via implicaturas, da não observância de uma ou mais máximas; isso significa dizer que, de alguma forma, esses são casos especiais de interpretação, que exigem esse jogo de reconhecimento. Para a Teoria da Relevância, como já mencionado anteriormente, os fenômenos que vimos discutindo não requerem qualquer mecanismo interpretativo especial que os diferencie de enunciados ordinários (Wilson; Carston, 2006). Aqui se abre mais uma questão interessante de investigação em interface com a Psicolinguís-

16 Ainda que possamos de alguma forma pensar que o Princípio da Cooperação pode ser estendido ao comportamento humano como um todo e que a própria Máxima da Relevância também seja, em alguma medida, observada em situações não-verbais. Vejamos, por exemplo, que se alguém está trocando um pneu, não é relevante que alguém lhe ofereça um saco de farinha em lugar de uma chave de roda. Ver também Nota 9.

17 Apesar disso, já é possível observar, sobretudo a partir dos anos 2000, o interesse pela investigação experimental que explora as implicaturas griceanas do ponto de vista do processamento linguístico (Huang; Snedeker, 2009; Cremers; Chemla, 2014; entre outros).

tica Experimental; Ricci (2022), em estudo psicolinguístico sobre o processo de extensão metafórica, encontrou evidências de que expressões metafóricas são processadas de maneira similar aos equivalentes literais – o que sugere que a Teoria da Relevância pode prover boas hipóteses de processamento linguístico em relação à metáfora<sup>18</sup>.

A propósito de trabalhos sobre processamento linguístico, cumpre observar que, embora esteja diretamente interessado em processos cognitivos envolvidos no uso da linguagem, o paradigma da Linguística Cognitiva ainda não estabeleceu um diálogo sistemático com teorias de processamento online da linguagem (Bezerra; D'Ávila, 2024). No geral, essa interface tem se provado eficaz não apenas na testagem de hipóteses comportamentais derivadas das teorias linguísticas, mas também na construção de um modelo teórico de processamento no âmbito da Psicolinguística.

Em relação à metáfora e à metonímia, em particular, estudos experimentais em Psicolinguística<sup>19</sup> poderiam explorar empiricamente diferenças e as possíveis semelhanças mais diretas entre Teoria da Relevância e Semântica Cognitiva, uma vez que ambas se dedicam ao estudo desses fenômenos e têm o componente cognitivo central em suas reflexões. Por exemplo, de acordo com Wilson e Carston (2006, p. 419), “*advocates of a ‘mapping’ approach to metaphor must reject the continuity view and treat metaphor as a distinct category, with its own special inter-*

*pretive mechanisms*”. As autoras estão fazendo referência à Semântica Cognitiva ao falar em ‘*mapping approach*’, evocando a ideia, já discutida anteriormente, de conceitualização de um domínio da experiência em termos de outro. Ora, essa questão da continuidade coloca ambas as perspectivas em posições antagônicas em termos teóricos e, portanto, podem gerar hipóteses comportamentais (e também de processamento) diferentes que podem ser testadas a fim de enriquecer ambos os modelos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa exposição, tivemos por objetivo apresentar conceitos centrais para o debate da metáfora e da metonímia, desde sua abordagem pela Retórica até serem concebidas enquanto camadas do significado à parte daquilo que é expressamente dito pelos usuários das línguas naturais – como se segue do modelo de implicaturas – e como instâncias da interpretação circunscritas apenas ao âmbito da comunicação, um resultado de processos guiados por um princípio cognitivo de relevância – como na Teoria da Relevância. Construimos nossa argumentação no intuito de chegar ao paradigma teórico da Linguística Cognitiva, no qual esses fenômenos se caracterizam eles próprios como processos cognitivos a partir dos quais concebemos a nossa realidade cotidiana. Por fim, apontamos algumas relações entre os modelos teóricos e indicamos possíveis interfaces.

## REFERÊNCIAS

- BECHARA, E. **Gramática escolar da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- BEZERRA, G.; D'ÁVILA, A. Semântica Formal e Semântica Cognitiva: uma proposta de interface com a Psicolinguística Experimental. **Palimpsesto - Revista do Programa de Pós-Graduação em**

18 Ver Nota 11.

19 Estamos adotando aqui a separação entre Linguística Experimental e Psicolinguística Experimental de Domingos (2021) segundo a qual a primeira tem a ver com a testagem de hipóteses teóricas ou avaliação empírica sobre fenômenos linguísticos sem, a princípio, se preocupar com os processos mentais envolvidos no processamento em tempo real desses fenômenos – característica que qualifica a segunda perspectiva.

- Letras da UERJ**, v. 23, n. 46, p. 491–530, 2024.
- CHOMSKY, N. **Syntactic Structures**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1957.
- CREMERS, A.; CHEMLA, E. Direct and Indirect Scalar Implicatures Share the Same Processing Signature. Em: **Pragmatics, Semantics and the Case of Scalar Implicatures**. [S. l.]: Springer, 2014. p. 201–227.
- FALKUM, I., RECASENS, M. and CLARK, E.V. “The moustache sits down first”: on the acquisition of metonymy. **Journal of Child Language**, v. 44, n. 1, pp. 87–119, 2016.
- FERRARI, L. **Introdução à linguística cognitiva**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- FERREIRA, M. **Semântica - uma introdução ao estudo formal do significado**. São Paulo: Editora Contexto, 2022.
- FERREIRA, M. **Pragmática - significado, comunicação e dinâmica contextual**. São Paulo: Editora Contexto, 2023.
- FODOR, J. **The Modularity of Mind: An Essay on Faculty Psychology**. Massachusetts: MIT press, 1983.
- GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. 27ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- GIBBS JR, R. Embodiment. In: DANCYGIER, B. (Org.). **The Cambridge Handbook of Cognitive Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- GOOSSENS, L. Metaphonymy: the interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action. **Cognitive Linguistics**, v. 1, n. 3, p. 323–342, 1990.
- GRICE, P. Logic and Conversation. Em: COLE, P.; MORGAN, J. (Eds.). **Syntax and Semantics: Speech Acts**. New York: Elsevier Academic Press, 1975. v. 3p. 41–58.
- HUANG, Y. T.; SNEDEKER, J. Online Interpretation of Scalar Quantifiers: Insight into the Semantics–Pragmatics Interface. **Cognitive psychology**, v. 58, n. 3, p. 376–415, 2009.
- KÖDER, F.; FALKUM, I. Children’s metonymy comprehension: Evidence from eye-tracking and picture selection. **Journal of Pragmatics**. v. 156, pp. 191–205, 2020.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- LENZ, P. Semântica Cognitiva. Em: FERRAREZI JUNIOR, C.; BASSO, R. (Eds.). **Semântica, Semânticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2013.
- REBOUL, O. **Introdução à retórica**. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RECANATI, F. **Literal Meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- ROSCH, E. On the Internal Structure of Perceptual and Semantic Categories. Em: MOORE, T. (Ed.). **Cognitive Development and Acquisition of Language**. New York: Academic Press, 1973. p. 111–144.
- ROSCH, E. Principles of categorization. Em: ROSCH, E.; LLOYD, B. (Eds.). **Cognition and Categorization**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1978. p. 27–48.
- SPERANDIO, N. E. O papel do processo metonímico no contexto da linguística cognitiva na criação de categorias conceituais. **Fólio. Revista de Letras**, v. 13, n. 2, p. 289–308, 2021.
- SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance. Communication and Cognition**. 2. ed. Oxford/Cambridge: Blackwell Publishers, 1995.
- SPERBER, D.; WILSON, D. A deflationary account of metaphors. **The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought**, v. 84, p. 105, 2008.
- TENDAHL, M.; GIBBS JR, R. Complementary perspectives on metaphor: Cognitive linguistics and relevance theory. **Journal of Pragmatics**, v. 40, p. 1823–1864, 2008.
- WILSON, D.; CARSTON, R. Metaphor, Relevance and the ‘Emergent Property’ Issue. **Mind & Language**, v. 21, n. 3, p. 404–433, 2006.

*Recebido em: 07/09/2024*

*Aprovado em: 09/12/2024*



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.